



PSICOLOGIA ARGUMENTO

ISSN 0103-7013

Licenciado sob uma licença Creative Commons



doi: <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum.43.122.AO11>

A política de assistência social nos fundamentos dos cursos de psicologia do Recôncavo da Bahia

Social assistance policy in the foundations of psychology courses in Recôncavo da Bahia

La política de asistencia social en los fundamentos de las carreras de psicología en Recôncavo da Bahia

Evelin Fonseca de Sales
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB
<https://orcid.org/0000-0003-3731-5666>
evelin_sales@hotmail.com

Luane Neves Santos
Universidade Federal da Bahia- UFBA
<https://orcid.org/0000-0002-8571-0495>

Resumo

Em 2022, o CensoPsi evidenciou que 20,1% das psicólogas participantes atuam na área social, sendo que a participação na área social está em patamar próximo ao da execução do processo de trabalho da proteção social e desenvolvimento. Esses dados refletem a inserção significativa das psicólogas na política pública de assistência social. Logo, sinalizam a importância de uma formação inicial em psicologia que possibilite acesso a discussões e práticas que contribuam para atuação nesta área. Este trabalho é fruto de uma pesquisa que analisou a proposta formativa enunciada em três Projetos Pedagógicos dos Cursos de Psicologia, pertencentes ao território do Recôncavo da Bahia, com o objetivo de identificar de que maneira os currículos expressam os princípios e diretrizes preconizados pela Política Nacional de Assistência Social e pela Política Nacional de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Constatou-se que alguns princípios e diretrizes são considerados nos processos formativos através de discussões sobre direitos sociais, territorialização, interdisciplinaridade, por exemplo. Porém, discussões mais específicas sobre a assistência social são ausentes, sendo as políticas de saúde mais abordadas na formação.

Palavras-chave: formação em psicologia; assistência social; currículo.

Abstract

In 2022, the CensoPsi showed that 20.1% of the participating psychologists work in the social area, with participation in the social area at a level close to that of the execution of the social protection and development work process. These data are significantly reflected by psychologists in public social assistance policy. Therefore, we highlight the importance of initial training in psychology that allows access to discussions and practices that contribute to work in this area. This work is the result of research that analyzes the training proposal set out in three Pedagogical Projects for Psychology Courses, belonging to the territory of Recôncavo da Bahia, with the aim of identifying how the curricula express the principles and guidelines recommended by the National Policy for Social Assistance and the National Permanent Education Policy in the Unified Social Assistance System - SUAS. It was found that some principles and guidelines are considered in the training processes through discussions on social rights, territorialization, interdisciplinarity, for example. However, more specific discussions about social assistance are absent, with health policies being more frequently covered in training.

Keywords: training in psychology; social assistance; curriculum.

Resumen

En 2022, el CensoPsi mostró que el 20,1% de los psicólogos participantes se desempeñan en el área social, con una participación en el área social en un nivel cercano al de ejecución del proceso de trabajo de protección y desarrollo social. Estos datos se reflejan significativamente por parte de los psicólogos en la política pública de asistencia social. Por ello, resaltamos la importancia de una formación inicial en psicología que permita acceder a debates y prácticas que contribuyan al trabajo en esta área. Este trabajo es el resultado de una investigación que analiza la propuesta de formación expuesta en tres Proyectos Pedagógicos para Carreras de Psicología, pertenecientes al territorio de Recôncavo da Bahia, con el objetivo de identificar cómo los planes de estudio expresan los principios y directrices recomendados por la Política Nacional de La Asistencia Social y la Política Nacional de Educación Permanente en el Sistema Único de Asistencia Social - SUAS. Se encontró que algunos principios y lineamientos son considerados en los procesos de formación a través de discusiones sobre derechos sociales, territorialización, interdisciplinariedad, por ejemplo. Sin embargo, no hay debates más específicos sobre la asistencia social y las políticas de salud se tratan con mayor frecuencia en la capacitación.

Palabras clave: formación en psicología; asistencia social; currículum.

Introdução

Historicamente, a assistência social esteve vinculada a ações de caridade, filantropia e assistencialismo, constituindo-se enquanto política pública somente a partir da Constituição Federal de 1988, que, nos seus artigos 203 e 204, a considera como direito de cidadania e dever do Estado. Esses artigos foram regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS em 1993. Assim, a assistência social passou a compor o tripé da Seguridade Social, juntamente com Saúde e Previdência Social, e se consolidou como política de Proteção Social destinada para quem dela necessitar (Cordeiro, 2018).

Em 2004, foi publicada a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, que traz materialidade à LOAS ao apontar ações e caminhos para implementação da assistência social enquanto política pública. No ano seguinte, houve a consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, caracterizado como uma forma de gestão desta política por meio da sua Norma Operacional Básica - NOB/SUAS.

A PNAS é composta por princípios e diretrizes que versam sobre aspectos como: universalização dos direitos sociais, intersetorialidade, matricialidade sociofamiliar, respeito à dignidade e autonomia das/os usuárias/os¹, territorialização, controle social, participação popular, descentralização político-administrativa e primazia da responsabilidade do Estado na condução da política pública de assistência social.

Em relação as/os trabalhadoras/es de nível superior vinculadas/os à política pública de assistência social, em 2011, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS publicou uma resolução ratificando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS em relação à composição das equipes de referência. Essa resolução regulamenta a psicologia como uma das categorias

¹ Este artigo adota a escrita gendrada, também utilizada pelo Conselho Federal de Psicologia ao referir-se às/os psicólogas/os, para referência às/os trabalhadoras/es, gestoras/es, conselheiras/os e usuárias/os do SUAS considerando a prevalência de mulheres tanto como usuárias do sistema, quanto pelas principais categorias profissionais de nível superior que compõem o SUAS – psicologia, serviço social, pedagogia – caracterizarem-se como profissões femininas. No caso da Psicologia, por exemplo, Lhullier e Roslindo (2013) ressaltam o desequilíbrio entre a composição majoritariamente feminina da profissão (nove em cada dez profissionais são mulheres) e a supremacia masculina na categoria no tocante a ocupação de posições de destaque, bem como as poucas problematizações sobre o uso prioritário da referência masculina - o psicólogo - na designação da produção científica da área.

profissionais que obrigatoriamente deve compor essas equipes e preferencialmente pode compor a gestão do SUAS.

Ao longo dos anos, a significativa inserção da psicologia no campo das políticas públicas foi evidenciada em diferentes estudos, por exemplo: em 2010, uma pesquisa constatou que 40,3% da categoria profissional de psicólogas/os era empregada pelo setor público e 35,3% pelo terceiro setor (Mácedo, Heloani & Cassiolato, 2010); em 2012, na pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Psicologia - CFP, 67% das psicólogas/os participantes apresentaram sua atividade principal no campo da saúde, educação ou assistência social. Deste percentual, 10% diz respeito à assistência social (Lhullier & Roslindo, 2013); em 2022, na pesquisa de abrangência nacional realizada pelo CFP, o CensoPsi, 20,1% das psicólogas/os participantes atuavam na área social (Bastos, Oliveira & Soares, 2022) e 29,1% executavam processos de trabalho voltados para a proteção social e desenvolvimento (Bastos, Alves & Gondim, 2022).

A consolidação das políticas sociais no contexto brasileiro e a significativa inserção de psicólogas/os no campo das políticas públicas ao longo dos anos, fez com que o debate sobre as políticas sociais ganhasse espaço na história da psicologia brasileira, por exemplo, no que diz respeito à problematização de uma formação e atuação que considere as camadas populares (Macedo, Fontenele & Gomes, 2022).

Assim, a interface da psicologia com as políticas públicas apontou (e segue apontando) para a necessidade de analisar criticamente o processo histórico de consolidação da psicologia enquanto ciência e profissão. Além de destacar a importância de uma formação inicial em psicologia que possibilite acesso a discussões e práticas que qualifiquem a atuação nesta área.

Bock, Rechtman, Santos e Toledo (2022) ressaltam que a ênfase em uma formação voltada para as políticas públicas e os direitos humanos sinaliza a relevância de uma preparação das/os profissionais de psicologia para sua inserção na sociedade brasileira, atuando a favor da superação dos problemas sociais e do atendimento às necessidades do povo brasileiro.

As Diretrizes Curriculares Nacionais - DCNs para os cursos de graduação em Psicologia podem ser vistas como um importante documento para consolidação de uma formação mais condizente com a inserção da psicologia em áreas emergentes (Conselho

Federal de Psicologia [CFP], 2018). Essas diretrizes estabelecem e definem, em nível nacional, os princípios, os fundamentos, as condições de oferta e os procedimentos da formação de psicólogas/os, sendo estes os elementos orientadores do processo de elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPCs de graduação em Psicologia ofertados pelas Instituições de Ensino Superior - IES do país.

Em 2018, o CFP, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP e a Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI promoveram uma revisão nas DCNs publicadas em 2011, através de um processo participativo e democrático, que contou com eventos realizados em todas as regiões do país (CFP, 2018). Esse processo resultou na publicação de uma minuta, a qual foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde - CNS em setembro de 2018. Na redação deste documento, há uma proposta de formação em psicologia mais implicada socialmente e a apresentação de aspectos diretamente relacionados ao trabalho na assistência social e nas demais políticas públicas.

Entre esses aspectos, estava a inclusão do seguinte eixo estruturante: “VI - Políticas Públicas, contemplando seus fundamentos, sua gestão e sua prática, reconhecendo a pluralidade da Psicologia e garantindo, nos currículos, conhecimentos nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Trabalho, Segurança Pública, Proteção e Defesa Civil, entre outras” (CFP, 2018, p.116). Em relação ao que é esperado das/os egressas/os dos cursos de psicologia, destaca-se o tópico a seguir:

XVII - atuar nas políticas públicas, de forma interdisciplinar, multiprofissional, interprofissional e intersetorial, contemplando as referências teórico-metodológicas do campo da Psicologia, as diretrizes das políticas públicas, as especificidades sócio-territoriais e os processos de cidadania, participação e controle social, comprometendo-se com a produção de conhecimento (CFP, 2018, p.119).

Em 2019, essa minuta foi revisada e enviada para o Conselho Nacional de Educação - CNE. Em outubro de 2023, as novas DCNs foram instituídas e apresentam diferenças significativas em relação à minuta. Desse modo, os trechos citados acima foram retirados e o tema das políticas públicas aparece de forma menos abrangente.

Ao longo da redação da minuta de 2018, a assistência social é citada diretamente e, consequentemente, é reconhecida como um importante campo de atuação das/os egressas/os dos cursos de psicologia. Nas novas DCNs, apesar de não haver citação direta à assistência social, algumas menções às políticas públicas podem direcionar a organização dos cursos a fim de favorecer uma formação mais condizente com as demandas do trabalho neste campo de atuação.

Uma das mais importantes menções às políticas públicas, no documento de 2023, está colocada na parte de valores, princípios e compromissos que devem fundamentar a formação e propõe: “IX - reconhecimento da importância das políticas públicas para assegurar o acesso da população aos serviços da Psicologia e promover os direitos sociais, em articulação com os avanços no campo do conhecimento científico e tecnológico” (Resolução n. 1, 2023, p.2).

Entretanto, o fato de as políticas públicas serem citadas de maneira geral, sem especificar os diferentes campos, tais como a assistência social, pode contribuir para que os cursos de psicologia continuem com propostas formativas mais focalizadas no campo da saúde e desconsideram as singularidades da atuação em outros contextos.

Objetivos

A fim de contribuir para ampliação das discussões voltadas para a formação de psicólogas/os para atuação na assistência social, neste estudo, analisamos as propostas formativas enunciadas nos PPCs de graduação em psicologia, pertencentes ao território do Recôncavo da Bahia com o objetivo de identificar de que maneira os currículos expressam os princípios e diretrizes preconizados pela PNAS e pela Política Nacional de Educação Permanente no Sistema Único de Assistência Social - PNEP/SUAS.

Método

Trata-se de um estudo de base documental e que adota os PPCs como unidades de análise. Os PPCs são documentos normativos dos cursos de graduação, compostos por informações sobre concepção, estrutura e elementos reguladores internos do curso. Logo,

definem objetivos, conteúdos, metodologias, recursos didáticos e avaliação presentes na organização dos cursos. Além disso, propõem intencionalidades e perfis profissionais, configurando-se como produtos de reflexões sobre o tipo de sujeito/profissional que se busca formar e sobre o tipo de sociedade à qual se orienta essa formação (Seixas, 2014).

Antes da análise dos PPCs, foi necessário compreender a caracterização geral dos cursos de Psicologia no contexto estadual. Assim, constatamos que, na Bahia, existem 73 cursos de psicologia, de acordo com site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC². Desses cursos, mais de 90% estão vinculados a instituições privadas. Apenas sete cursos estão vinculados a instituições públicas – três a públicas estaduais e quatro a públicas federais.

Em relação à organização acadêmica, 24 cursos (32,8%) funcionam em centros universitários, 38 (52,1%) em faculdades e 11 (15,1%) em universidades. No que diz respeito à data de criação, o primeiro curso foi criado no ano de 1965, em uma universidade federal. Após 33 anos, em 1998, três cursos foram criados. Destaca-se que, no período de 10 anos (1998 - 2008) 28 cursos foram criados. Importante ressaltar que apenas um deles estava vinculado a uma universidade pública (em 2007 - 42 anos após a criação do primeiro curso). Percorridos mais 10 anos (2009 - 2019), foram criados mais 30 cursos. Outros 12 cursos têm suas datas de criação entre 2020 e setembro de 2023. Além disso, no e-MEC, não consta o ano de criação de três cursos.

Desses 73 cursos, 5 estão localizados em 3 cidades que compõem o território do Recôncavo da Bahia, sendo 1 em uma universidade pública federal, 3 em IES privadas com fins lucrativos e 1 em IES sem fins lucrativos. Esses cursos foram criados nos seguintes anos: 2007, 2009, 2018 e 2020 (dois cursos foram criados neste ano). Desse grupo, foram analisados os PPCs de três IES, sendo uma pública federal, uma privada com fins lucrativos e uma privada sem fins lucrativos. Ao considerarmos este critério territorial, não foi possível englobar uma pública estadual.

Ao longo do texto iremos nos referir a IES pública federal como IES 1, a privada sem fins lucrativos como IES 2 e a privada com fins lucrativos como IES 3. Adotamos essas nomenclaturas por considerarmos que, mesmo os PPCs sendo documentos

² Consulta atualizada em maio de 2024.

disponíveis em domínio público, é importante resguardar a identificação por questões éticas.

Importante ressaltar que o Recôncavo é considerado um dos Territórios de Identidade do estado da Bahia, sendo composto por 19 municípios. Esse território carrega o legado cultural da população indígena e negra. Em linhas gerais, caracteriza-se pela sua forte representação histórico-cultural, pelo médio índice de urbanização, pelo elevado número de mulheres na composição demográfica e pela proeminência do setor terciário na economia (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2016).

Para análise, adotamos o Plano de Análise Documental proposto por Seixas, Coelho-Lima, Silva e Yamamoto (2013) e adaptado por Silva e Yamamoto (2013). Nesse plano, a primeira etapa caracteriza-se por uma leitura livre dos PPCs, realizada pelas pesquisadoras. Em seguida, organiza-se as informações em três blocos de discussões prioritários com as respectivas categorias analíticas: 1) fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos; 2) ênfases curriculares e componentes curriculares; 3) práticas profissionais.

Silva e Yamamoto (2013) acrescentaram a essa proposta inicial a escolha de descriptores para dar base à identificação de temas específicos nos PPCs, a exemplo das políticas sociais. Nesta pesquisa, para o embasamento das sínteses de cada bloco, foram construídos eixos de análise a partir dos princípios e diretrizes preconizados pela PNAS e pela PNEP/SUAS. O quadro a seguir apresenta esses eixos e suas descrições operacionais, as quais foram elaboradas a partir da leitura dos seguintes marcos regulatórios: PNAS, PNEP/SUAS, NOB/SUAS, NOB-RH/SUAS e Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Quadro 1: Eixos de análise e suas respectivas descrições operacionais.

Eixo de análise	Definição operacional utilizada na pesquisa
Historicidade	Discussões que contemplam determinantes históricos que constituem a sociedade e a própria política pública da assistência social e favoreçam a consolidação da capacidade de análise da conjuntura das forças e relações de poder na sociedade.

A política de assistência social: estrutura, princípios e operacionalização	Discussões que demarquem a assistência social como um dever do Estado e apresentem sua estrutura, princípios e operacionalização enquanto política pública, inclusive através dos marcos regulatórios. Nesse sentido, discussões que abordam temas como: a descentralização político-administrativa da política de assistência social e as responsabilidades em cada esfera de governo; a participação das/os usuárias/os na formulação e implementação dessa política (controle social); a relação dessa política com movimentos sociais, com as entidades representativas da sociedade civil e Conselhos de Direito; a organização do sistema em níveis de proteção social; critérios de acesso a benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais.
Garantia de direitos sociais	Discussões sobre direitos humanos, proteção social, cidadania universal, respeito à dignidade e autonomia da/o cidadã/ão, igualdade e equidade.
Violação de Direitos Humanos	Discussões que promovam reflexões sobre desigualdade social e os sistemas produtores de violação de direitos humanos, como racismo, homofobia, machismo, capacitismo e etarismo. Ademais, que contemplam o tema preconceito contra a/o usuária/o das políticas públicas, especialmente da assistência social, e ressaltam a garantia de acesso sem discriminação de qualquer natureza.
Territorialização	Discussões que abordam aspectos relativos a vínculos comunitários, ao pertencimento e à convivência comunitária. Além de favorecerem reflexões sobre processos como urbanização e ruralidade. Este eixo também demarca que a atuação no campo da assistência social precisa ancorar-se no conhecimento do território, suas demandas e potencialidades.
Intersetorialidade	Discussões que abarcam a importância do trabalho em rede a partir da articulação entre a rede de serviços socioassistenciais, os serviços de outras políticas públicas setoriais e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Além disso, que abordam sobre processos de referência e contrarreferência (acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados).
Interdisciplinaridad e	Discussões voltadas para horizontalidade de saberes entre diferentes áreas de conhecimento e profissionais com distintos graus de escolaridade e profissões. Este eixo também se relaciona com a interprofissionalidade e a presença da pluralidade de referenciais teóricos no processo formativo.
Centralidade na família	Discussões que qualificam o desenvolvimento do acompanhamento familiar à medida que abordam sobre as diferentes concepções de família, a função protetiva da família e a matricialidade sociofamiliar.

Comunicação pública	Discussões que demarcam a comunicação como um aspecto importante para condução das políticas públicas e abordam temas como transparência e lei de acesso à informação. Este eixo também se relaciona com o direito ao acesso à informação por parte das/os usuárias/os das políticas públicas.
A centralidade dos processos de trabalho e das práticas profissionais	Discussões que consideram a problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores do trabalho na assistência social e tratem da Educação permanente (processo contínuo de atualização e renovação de conceitos, práticas e atitudes profissionais) no campo das políticas públicas, especialmente da assistência social.
Aprendizagem significativa	Discussões que destacam processos de ensino-aprendizagem democráticos e participativos, que mobilizam os saberes e experiências anteriores das pessoas envolvidas. Além disso, consideram a aprendizagem construída a partir dos processos de trabalho e de conteúdos relevantes para o trabalho.
Desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS	Este eixo abarca discussões sobre: acolhida, escuta, atendimento e acompanhamento psicossocial; realização de visitas domiciliares e de atividades com grupos; elaboração de relatórios, prontuários e plano individual e/ou familiar de atendimento; questões éticas envolvidas no trabalho da psicóloga; aspectos específicos que caracterizam o público atendido pelos serviços socioassistenciais – questões geracionais, étnico-raciais, de gênero, sobre pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua.

Fonte: Produzido pelas autoras em trabalho coletivo desenvolvido [inserir grupo de pesquisa das autoras, que foi retirado para não produzir identificação das mesmas no manuscrito a ser avaliado].

Neste artigo apresentaremos os resultados e discussões acerca da categoria 1 (fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos), na qual são levantadas as principais características do curso: histórico do curso e dados institucionais; justificativa; perfil da/o egressa/o; competências; organização do processo formativo.

Resultados e Discussão

Política pública de assistência social nos fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos dos PPCs

A partir da análise do PPC da IES 1 (pública federal), foi possível constatar que o curso, criado em 2006, já passou por duas reformas curriculares. A justificativa para a criação do curso e para os processos de reformas curriculares estão entrelaçadas e se

relacionam com a necessidade de atender demandas institucionais e relativas à realidade local (provenientes do município em que se insere e do seu entorno).

Na última reforma curricular, a fim de consolidar uma formação mais generalista e com características mais voltadas para o campo da saúde, foi adotado o Regime de Ciclos. Com isso, o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde - BIS constituiu-se como primeiro ciclo de formação geral e o segundo ciclo configurou-se como a formação específica em psicologia. Cada ciclo estrutura-se em seis semestres. Assim, a/o estudante de psicologia cursa os componentes curriculares do BIS em turmas com estudantes de outros cursos de graduação da área da saúde (enfermagem, medicina e nutrição), o que visa favorecer uma educação interprofissional e o desenvolvimento de competências para atuação qualificada no Sistema Único de Saúde - SUS.

As instituições privadas (sem e com fins lucrativos) também evidenciam a demanda regional como justificativa para a criação dos seus cursos, especialmente a necessidade de profissionais para atuar em diferentes setores da sociedade. A IES 2 (privada sem fins lucrativos) e 3 (privada com fins lucrativos) apresentam de modo mais aprofundado quais as demandas locais foram consideradas para a implantação do curso. Importante destacar que existem similaridades nas demandas apresentadas pelas duas IES, mas também aspectos distintos. Essa questão pode apontar para a diversidade de necessidades que pode ser reconhecida em um mesmo território de identidade, visto que o Recôncavo é composto por diferentes cidades, as quais apresentam características variadas.

Essas duas IES também ressaltam a importância de cursos de graduação na região do Recôncavo da Bahia para que jovens possam acessar o ensino superior com mais facilidade e possam contribuir com o desenvolvimento regional. Nas instituições privadas, as justificativas para os cursos estão articuladas com a história e missão de suas mantenedoras.

Nessa perspectiva, as três IES apresentam ideias que se aproximam das discussões sobre compromisso social. Bock *et al.* (2022) aponta que

Nos debates recentes, o compromisso social tem apresentado como eixo central a reflexão sobre a qualidade da relação estabelecida pela psicologia – incluindo

ciência e profissão, seus atores institucionais e individuais – com a sociedade, destacando-se a preocupação com as necessidades da maioria da população e foco na realidade que a envolve com vistas à transformação social na direção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e democrática, o que implica uma determinada perspectiva ética e posicionamento político por parte dos profissionais e suas entidades (p. 221).

É possível observarmos que os PPCs citam que os cursos de graduação podem contribuir com as demandas e problemas do território onde se inserem, visando transformações, mas, como destacado por Macedo, Souza, Dimenstein e Dantas (2020), nem sempre especificam essas necessidades. Além disso, não aprofundam no que diz respeito às efetivas contribuições que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, pode propor no território em questão.

Como destacado em um dos eixos de análise, a compreensão do território apresenta-se como essencial para uma atuação qualificada no contexto da política pública de assistência social. Visto que, é a partir dessa compreensão que a/o profissional pode entender as situações de vulnerabilidade, os riscos sociais e também as possibilidades de enfrentamento (CFP, 2021). Deste modo, consideramos que o eixo **territorialização** compõe, ainda que de maneira superficial, os fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos dos cursos analisados.

De maneira geral, as três IES apresentam uma formação mais focada no campo da saúde, questão que fica mais evidente na IES 1, pelo BIS configurar-se como primeiro ciclo formativo. Outros estudos voltados para análise de PPCs também destacaram esse enfoque. Seixas, Coelho-Lima, Fernandes, Andrade e Yamamoto (2016), por exemplo, ao analisarem 40 PPCs de psicologia de instituições públicas e privadas das cinco regiões do Brasil, detectaram que as políticas de saúde têm prevalência nos documentos, quando comparadas a debates acerca das políticas de assistência social.

Esse dado também consta nos estudos realizados por Silva e Yamamoto (2013) e Silva e Simcic (2021). Os/as autores/as sinalizam que essa situação se relaciona com diferentes elementos, tais como a dificuldade das instituições formadoras em acompanhar

a velocidade das mudanças no mercado de trabalho e a implantação do SUAS ser mais recente que a implantação do SUS.

Os processos formativos apresentados nos três PPCs ancoram-se em princípios como: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; valorização e reconhecimento das experiências práticas; compromisso com o desenvolvimento regional e transformações sociais no Recôncavo, na Bahia e no Brasil; formação interdisciplinar; formação para atuação intersetorial; flexibilidade curricular; autonomia para aprender; participação ativa da/o estudante; atualização e aprimoramento contínuo. Os PPCs das IES privadas ainda acrescentam a integração/articulação com a pós-graduação como um princípio relevante para a formação.

Esses princípios que caracterizam os processos formativos estão presentes nos perfis da/o egressa/o dos cursos. Nesse sentido, espera-se da/o estudante egressa/o, a capacidade de considerar as dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas ao fazer leituras dos fenômenos psicológicos, propor intervenções condizentes com a realidade social e atuar de forma interdisciplinar e multiprofissional.

Os processos formativos apresentados nos PPCs fazem referência a dois aspectos levantados pela PNEP/SUAS e que contribuem para o desenvolvimento de um exercício profissional qualificado na assistência social. O primeiro deles é a **aprendizagem significativa**, a qual demarca que novos conhecimentos são interiorizados através da mobilização dos saberes prévios trazidos pelas/os estudantes. Sendo que essa aprendizagem ocorre pela compreensão, por exemplo, das características do território que são relevantes para uma atuação profissional qualificada (Ministério do Desenvolvimento Social [MDS], 2013).

O segundo aspecto é a articulação ensino, pesquisa e extensão. Para além das atividades de ensino, a pesquisa e a extensão podem favorecer o contato das/os estudantes com a política de assistência social. Nesse sentido, nas DCNs em vigor, está proposto que as atividades de extensão devem fomentar, ao longo da formação, possibilidades práticas de cunho interdisciplinar, transdisciplinar e intersetorial entre professoras/es, estudantes e comunidade (Resolução n.1, 2023).

Nessa perspectiva, Macedo *et al.* (2020) destacam, que a articulação do ensino com as atividades de pesquisa e extensão, possibilitam uma aproximação dos processos

formativos vivenciados pelas/os estudantes com a realidade local. Os autores ainda ressaltam as ações extensionistas como dispositivos potentes de aproximação entre formação em psicologia, políticas públicas e movimentos sociais. Nesse sentido, a articulação entre os três pilares (ensino, pesquisa e extensão) pode contribuir para o **desenvolvimento de capacidades e competências requeridas pelo SUAS**.

A **interdisciplinaridade** também foi ressaltada nos fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos dos três PPCs. No contexto das políticas públicas, especialmente considerando a organização do SUS e do SUAS, trabalhar de forma interdisciplinar é essencial para a construção de um fluxo de trabalho eficaz. A interdisciplinaridade permite uma aproximação mais abrangente das equipes profissionais à integralidade das situações vivenciadas pelas/os usuárias/os, o que tende a “contribuir na formulação de respostas às questões, demandas, problemas e dificuldades que emergem dos processos de trabalho e das práticas profissionais” (MDS, 2013, p. 36).

Os eixos **garantia de direitos e violação de direitos humanos** também são contemplados nos processos formativos apresentados nos PPCs, por exemplo, ao defenderem uma formação voltada para o respeito à diversidade cultural, social e étnica e que esteja comprometida com o desenvolvimento e transformações sociais no espaço em que se inserem.

Os PPCs da IES 1 e da IES 3, ao refletirem sobre as diferentes áreas de atuação da psicologia, citam a assistência social e alguns equipamentos da rede socioassistencial. O PPC da IES 3, provavelmente por ser o mais recente, apresenta dados sobre a inserção significativa das/os psicólogas/os no SUAS e os desafios colocados à formação. Mas essa reflexão é restrita e não se sustenta na estruturação do curso, como observado na análise dos outros blocos.

Importante ressaltar que muitos dos princípios citados fazem referência a outros documentos das IES, como o Plano de Desenvolvimento Institucional da IES 1, e também das mantenedoras, no caso das IES privadas. Além disso, os princípios refletem as DCNs para os cursos de graduação em psicologia. A análise deste bloco de discussão evidenciou que o PPC se relaciona diretamente com outros documentos regulatórios, com necessidades institucionais e demandas sociais.

Foi interessante observar que os princípios identificados no processo de formação e o perfil da/o egressa/o dos PPCs analisados aproximam-se significativamente das discussões levantadas nas DCNs que estavam em vigor quando esses documentos foram publicados. O que também fica evidente na parte de competências e habilidades, as quais são muito semelhantes aos elementos descritos nas DCNs para os cursos de graduação em psicologia à época (Resolução n.5, 2011). A IES 3, por exemplo, reproduz o mesmo texto da DCN nesta seção do PPC.

Alguns eixos de análise foram melhor contemplados nos fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos dos cursos, a exemplo: territorialização, interdisciplinaridade, aprendizagem significativa, garantia de direitos sociais e violação de direitos humanos. Ao observarmos as descrições operacionais dos demais eixos, compreendemos que eles apresentam mais chances de serem contemplados em outras partes dos PPCs, especialmente nas ementas dos componentes curriculares, nas especificações das ênfases e das práticas profissionais - elementos sintetizados pelos outros blocos que compõem o plano de análise adotado.

Considerações finais

A análise dos PPCs evidencia que os currículos não direcionam a assistência social como uma área prioritária, induzindo a formação para contemplar as especificidades que este campo profissional requer. Contudo, foi possível reconhecer também que, mesmo quando discutidos de forma focalizada na área da saúde, princípios, competências e habilidades, que refletem a interdisciplinaridade, interprofissionalidade e a atuação condizente com a realidade social, com o território em que a atuação se desenvolve, favorecem a consolidação de uma formação voltada para atuação nas políticas públicas de um modo geral. Logo, esses elementos contribuem para a construção de um perfil profissional que reflete princípios e diretrizes preconizados, também, pela PNAS e PNEP/SUAS, ainda que seja indispensável fomentar uma formação que trabalhe tais temas nas mediações específicas que a assistência social demanda.

Nesse sentido, consideramos que o quadro elaborado para os eixos de análise a partir dos princípios e diretrizes preconizados pela PNAS e pela PNEP/SUAS é uma

contribuição deste estudo e pode ser utilizado como ferramenta para as IES analisarem seus currículos e avaliarem o quanto a formação tem efetivamente conseguido contemplar as demandas formativas requeridas para o trabalho de psicólogas/os no SUAS.

Ao considerarmos a significativa inserção de psicólogas/os na política pública de assistência social e a relevância dessa política na sociedade brasileira no que diz respeito ao enfrentamento de questões sociais graves, como a desigualdade social e os sistemas produtores de violação de direitos humanos que a acompanha, a exemplo da pauperização da população, racismo, homofobia, machismo, capacitismo e etarismo, reconhecemos a urgência na construção de projetos pedagógicos de cursos que contemplem de modo mais específico e organizado os princípios, competências e habilidades requeridas para uma atuação qualificada no SUAS.

Esses elementos precisam ser pensados e considerados desde a compreensão das IES em relação aos debates atuais sobre a psicologia enquanto ciência e profissão e também sobre as demandas sociais apresentadas pelo território em que se inserem e, de modo mais amplo, pelo Brasil. Pois, como apontado por Seixas *et al.* (2016), a compreensão sobre as demandas sociais deveria embasar a construção do perfil da/o profissional que se pretende formar.

Esse processo envolve a necessidade de aproximação das IES com as pessoas, instituições, entidades, movimentos sociais, associações de bairro que compõem o território, visando a construção mais coletiva dos PPCs. Dessa forma, esses documentos poderão refletir os aspectos discutidos de forma coletiva, sobre o processo formativo que as IES querem ofertar e quais competências e habilidades objetivam desenvolver nas/os estudantes para que possam realmente contribuir com as transformações sociais de forma efetiva, inclusive reconhecendo a atuação nas políticas públicas como ferramenta potente na consolidação dessas transformações.

É de extrema relevância que esse processo seja articulado com o que está apresentado nas DCNs, através da mediação cuidadosa das IES para que as diretrizes ocupem o lugar de direcionamento dos PPCs, sem a necessidade de reprodução direta dos conteúdos apresentados por elas.

Ademais, refletir sobre essa relação com as DCNs demarca a importância da atualização delas no que diz respeito à discussão sobre políticas públicas. A versão em

vigor desde 2023 traz avanços no que diz respeito às políticas públicas e potencial para contribuir com a ampliação da discussão sobre esse tema e, especialmente, sobre a assistência social, nos currículos, ainda que não a aborde diretamente. Em estudos futuros, o impacto das DCNs atuais na construção e revisão de PPCs pode ser alvo de estudos e favorecer a compreensão sobre a presença da assistência social nos fundamentos teóricos, filosóficos e pedagógicos dos cursos de graduação em psicologia.

De acordo com Bock *et al.* (2022, p. 225) “[...] formar implica sempre uma direção e no caso da formação profissional a disputa de currículos também representa a disputa por hegemonia entre diferentes projetos para a profissão, os quais, por sua vez, vinculam-se a diferentes projetos societários”. O que as autoras destacam nesse trecho e demais elementos abordados ao longo deste texto, evoca algumas perguntas que podem contribuir para construção e revisão dos PPCs: 1. A que demanda social este documento busca responder? 2. Quem entende que essas são as demandas sociais do território em que este curso se insere? 3. Qual o papel da psicologia frente a essas demandas e na transformação social? 4. Qual projeto de profissão está sendo defendido no processo de formação apresentado?

Por fim, a análise dos PPCs é uma ferramenta metodológica interessante, porque esses documentos apresentam intencionalidades e características das organizações dos cursos. Porém, essa análise não nos permite acessar o cotidiano de cada curso, como as questões colocadas nos documentos se materializam em cada IES e as atividades mais relacionadas com a extensão e a pesquisa, sendo necessário outras etapas metodológicas para ampliação da análise.

Referências

Bastos, A. V. B., Alves, H. M. C. & Gondim, L. S. S. (2022). Os processos de trabalho em psicologia: uma nova estratégia de descrever o nosso campo de atuação profissional. In Conselho Federal de Psicologia (CFP), *Quem Faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho. Volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social*. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf

Bastos, A. V. B., Oliveira, I. F. & Soares, I. S. D. (2022). O trabalho em psicologia: em que áreas de atuação nos inserimos? In Conselho Federal de Psicologia (CFP), *Quem Faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho. Volume II: condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social*. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol2-1.pdf

Bock, A. M. B., Rechtman, R., Santos, L. N. & Toledo, R. (2022). Psicologia Sócio-Histórica, compromisso social e formação crítica em psicologia: entrelaçamentos históricos. In: Bock, A. M. B. et al. (Org.), *Psicologia Sócio-Histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo, SP: EDUC. Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/jspui/bitstream/handle/40667/1/9786587387925.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia*. São Paulo, SP: Conselho Federal de Psicologia / Associação Brasileira de Ensino de Psicologia / Federação Nacional dos Psicólogos. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/07/RELAT%C3%93RIO-FINAL-REVIS%C3%83O-DAS-DIRETRIZES-CURRICULARES-NACIONAIS-PARA-OS-CURSOS-DE-GRADUA%C3%87%C3%83O-EM-PSICOLOGIA.pdf>

Conselho Federal de Psicologia. (2021). *Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no CRAS*. 3 ed. Brasília, DF: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_cras_2021.pdf

Cordeiro, M. P. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma (breve) introdução. In Cordeiro, M., Svartman, B. & Souza, L. V. (Orgs.). *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo, SP: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Lhullier, L. A. & Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In Lhullier, L. A. (Org.) *Quem é a Psicóloga brasileira? Mulher, Psicologia e Trabalho*. Brasília: CFP.

Macedo, J. P., Fontenele, M. G. & Gomes, R. W. S. (2022). Psicologia e Assistência Social: Crise e Retrocessos Pós-Encerramento do Ciclo Democrático-Popular. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, 1-14, doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262852>

Macedo, J. P., Souza, C. J., Dimenstein, M. & Dantas, C. (2020). Interiorização dos cursos de psicologia no Brasil: desafios atuais à formação. *Psicologia em Revista*, 26 (2), 492-515, doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n2p492-515>

Macêdo, K.B., Heloani, R. & Cassiolato, R. (2010). O psicólogo como trabalhador assalariado: setores de inserção, locais, atividades e condições de trabalho. In: Bastos, A. V. B. & GONDIM, S. M. G. (Orgs.). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2013). *Política Nacional de Educação Permanente do SUAS*. Brasília, DF: Autor. MDS. Recuperado de https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/Politica-nacional-de-Educacao-permanente.pdf

Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Cadastro e-MEC*. Recuperado de <https://emec.mec.gov.br/>.

Resolução n. 1 (2023, 11 de outubro). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, DF: CNE. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2023-pdf/252621-rces001-23/file>

Resolução n. 5 (2011, 15 de março). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. Brasília, DF. Recuperado de [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%205%2C%20DE%2015%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202011%20\(*\),Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores%20de%20Psicologia](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7692-rces005-11-pdf&Itemid=30192#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20N%C2%BA%205%2C%20DE%2015%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202011%20(*),Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores%20de%20Psicologia)

Seixas, Pablo Sousa, Coelho-Lima, Fellipe, Silva, Suzany Gadelha, & Yamamoto, Oswaldo Hajime (2013). Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 17(1), p. 113-122. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100012>

Seixas, Pablo Sousa (2014). *A formação graduada em Psicologia no Brasil: reflexão sobre os principais dilemas em um contexto Pós-DCN*. (Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). Recuperado de https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/17401/1/PabloSS_TESE.pdf

Seixas, Pablo Seixas, Coelho-Lima, Fellipe, Fernandes, Sarah Ruth Ferreira, Andrade, Letícia Raboud Mascarenhas de, & Yamamoto, Oswaldo Hajime (2016). As políticas

sociais nos fundamentos dos cursos de Psicologia. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), p. 437-446. doi: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201502031005>

Silva, Clarissa de Andrade & Yamamoto, Oswaldo Hajime (2013). As Políticas Sociais na Formação Graduada do Psicólogo no Piauí. *Psicologia: Ciéncia e Profissão*, 33(4), p. 824-839. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000400005>

Silva, Rafael Bianchi & Simcic, João Victor Begnini (2021). As políticas públicas e atuação para o SUAS na formação do psicólogo no Paraná. *Revista de Psicologia*, 12(2), p. 75-90. Recuperado de: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/61307>

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. (2016). *Perfil dos Territórios de Identidade da Bahia* (3 v). Salvador, BA: Autor. Recuperado de https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2000&Itemid=284